

PRAGMATISMO E UTOPISMO NA CRIAÇÃO URBANÍSTICA DE RAIZ PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII*

*JOSÉ EDUARDO HORTA CORREIA***

Tendo defendido uma Tese de Doutoramento em História da Arte na Universidade Nova de Lisboa, sob a direcção do Prof. Doutor José Augusto França em 1985 que estudava uma pequena vila pombalina construída ex-novo junto à foz do Guadiana em 1773 — Vila Real de Santo António — muitos problemas relativos à filiação formal do novo conjunto urbano obrigaram-me a tentar compreender o urbanismo luso do século XVIII na sua globalidade. É pois essa tentativa de entendimento que está na base desta comunicação.



A fundação de Vila Real de Santo António pela vontade férrea do Marquês de Pombal radica em pressupostos económicos, políticos e diplomáticos.

A crise provocada pela queda da produção aurífera brasileira, os problemas político-militares decorrentes da invasão espanhola de 1762 e o estado de guerra latente entre as Coroas portuguesa e espanhola nas Américas fizeram com que Pombal comesse a interessar-se pelas potencialidades estratégicas, fiscais e económicas do Reino do Algarve, a parte mais meridional da Metrópole portuguesa.

As suas potencialidades pesqueiras, aproveitadas desde remota Antiguidade, haviam sido exploradas a partir do século XVIII por uma numerosa colónia catalã a quem o novo intervencionismo fiscal pombalino não agradava, do que resultou uma “guerrilha das pescarias”, de que Sebastião José de Carvalho e Melo soube tirar partido. Construiu então uma nova vila na margem direita do Guadiana, que substituísse com capitais portugueses os súbditos espanhóis das praias de Monte Gordo,

* Texto inédito apresentado ao “2º Congresso do Barroco” em Ouro Preto, em Setembro de 1989.

** Departamento de História da Arte.

estabelecidos em cabanas sobre areias movediças. O horizonte imediato seria a colocação da sardinha salgada no Norte de Portugal, inundado até então pelo peixe seco e salgado importado da Galiza.

Impôs-se assim a ideia de construir uma “vila regular” na margem do rio e portanto frente à Espanha que demonstrasse, com uma acção pronta e rápida, a eficácia das soluções portuguesas. Para tal foram dadas ordens expressas ao Governador do Algarve em 17 e 30 de Dezembro para mandar delinear uma “vila regular” (concretizando-se a ordem com a determinação da implantação de uma praça com os edifícios públicos mais importantes, donde deveriam partir as ruas em linha recta) pretendendo-se que as novas instalações já pudessem ser utilizadas no mês de Agosto seguinte, quando começasse a “safra” da sardinha. Mas enquanto este encarregava os engenheiros militares de procederem aos estudos prévios e ao delineamento da nova vila, o governo de Pombal enviava com data de 27 de Janeiro de 1774 a planta de uma vila “pronta a construir”, acompanhada com os planos de pormenor dos edifícios principais. Desvendavam-se assim os desígnios do Marquês que justificava este modo de agir por ser preciso, por um lado, adiantar a construção ao ponto de poderem servir na futura “safra” e de, por outro, dispôr a Corte dos “mais peritos architectos” directa alusão à Casa do Risco das Obras Públicas, onde a nova Lisboa havia sido delineada, agora presidida pelo Architecto Reinaldo Manuel dos Santos.

Deste modo, tendo os engenheiros militares marcado no terreno a malha urbana, de imediato começaram as obras chegando de Lisboa talhadas e aparelhadas todas as pedras de cantaria, enquanto as de alvenaria, madeira, cal e telha vinham de várias localidades do Algarve. Portas, janelas, vidros e grades juntamente com as cantarias encontraram então as estruturas de alvenaria prontas para as receber. Com este método e esta técnica de standardização e pré-fabrico foi possível construir de facto a vila em 5 meses, entendendo-se este tempo como um “tempo político” extremamente importante como imagem de poder de um estado iluminista face à Espanha e face aos súbditos.

Se a rapidez e a política do facto consumado constituem importante afirmação de poder, este revela-se também na própria organização do espaço urbano, nos princípios urbanísticos.

Vila Real foi concebida como um todo acabado e coerente sob o signo de uma rígida geometrização que engloba a totalidade da vila quer em planimetria, quer em altimetria, quer em volumetria.

Em planta reveste a forma de um rectângulo de 1930 palmos de comprimento por 950 de largura com os lados maiores virados a nascente (Rio e Espanha) e poente e os menores a norte e a sul. Cinco ruas no sentido N-S e seis no sentido L-O, todos de 40 palmos de largura cruzam-se ortogonalmente, formando 41 quarteirões. Destes apenas 30 são rigorosamente iguais — os quarteirões-tipo de 240 palmos de comprimento por 100 palmos de largura orientados paralelamente ao rio, os quais reunido dois a dois formam juntamente com a rua que os separa, um quadrado de 240 palmos de largo. Os restantes constituem dois grupos: 5 de 250/100 e 6 de 250/240. A malha não constitui, portanto, uma retícula perfeita, resultando formalmente de uma tensão dialéctica entre o quadrado e o rectângulo. Teremos de contar para análise desta estrutura formal com uma directriz — o rio — que condiciona todo o sentido de orientação na planta, e um foco — a praça — que não resulta, como nas cidades coloniais espanholas da utilização de um simples quarteirão não construído, mas condiciona o tecido urbano nos quarteirões paralelos aos que a delimitam.

Analisando a planta a partir do rio, deparamos com duas séries de quarteirões destinados às pescarias. A primeira constitui a “fachada” da vila. De um e outro lado da Alfândega, que centraliza toda a frente urbana, alinham-se os edifícios sede das sociedades de pescarias, sendo o conjunto rematado a norte e a sul por torreões de duplo telhado. Os edifícios das pescarias são tratados como “casas nobres” de dois pisos extensos e pouco profundos, que se articulam com complexos “industriais” térreos em forma de claustro situados nas traseiras. Uma rua separa estas “salgas” dos armazéns complementares e arquitectonicamente idênticos que completam este “zoning” industrial.

Também na Praça Real voltam a surgir os dois pisos de morfologia idêntica às casa nobres ou “baixa-mar”, mas sem sacadas. Aqui se situa a Igreja, a Casa de Câmara, o Corpo da Guarda, os centros de comércio e um obelisco dedicado ao Rei Fundador, que a centraliza, ostentando quatro torreões também de duplo telhado que materializam os 4 cantos da Praça.

Para além da Praça e da Baixa Mar, Vila Real foi pensada para ficar somente com casas térreas. Tem estas escalas diferente das casas nobres, isto é, não correspondem ao rés-do-chão das casas altas, sendo o seu alçado desenhado com perfeita autonomia e pressupondo a miniaturização, a manutenção das proporções e igualmente a mesma preocupação erudita.

Os quarteirões compostos unicamente de casas térreas apresentam duas séries de 5 janelas e 5 portas alternadas, num total de 20 vãos. A cada lote corresponde meio quarteirão que por sua vez é dividido potencialmente em 5 unidades habitacionais, funcionando como módulos a que correspondem exteriormente uma porta e uma janela. Esta seriação de portas e janelas de formato reduzido inseridas numa superfície caiada e debruada, fórmula de grande simplicidade, consegue juntar funcionalidade com uniformidade, imprimindo às ruas uma dinâmica sequencial de grande efeito.

Os quintais correspondentes a cada unidade eram excessivamente longos, prevendo-se a sua sistemática redução para metade pela edificação de outro renque de casas com frontaria para a rua de trás. Determinava-se para tal que nos muros se incluíssem vãos guarnecidos com cantarias, embora entaipados para que o aspecto da terra se mantivesse, quando a população crescesse. É uma fórmula que vem compensar a rigidez da estrutura completa e acabada.



Pensamos que Vila Real pode ser lida como uma “cidade ideal” do Iluminismo, com um sentido semelhante às “cidades ideais” do Renascimento. A sua concepção como obra completa, acabada e coerente afasta-a das cidades espanholas abertas do Novo Mundo, aproximando-a, pela sua rigorosa planificação geométrica, das cidades militares pensadas como um todo.

Afasta-se também, num certo sentido, e por estranho que pareça, da estrutura urbana da nova Lisboa pombalina, embora lógica e metodologicamente tal se apresente como imediato termo de comparação, como obra saída da Casa do Risco e pensada pelo discípulo e sucessor de Eugénio dos Santos. É que, embora oriundas da mesma escola, correspondem a programas intrinsecamente diversos. Vila Real não poderia ser, pela natureza das coisas, uma cópia da Baixa lisboeta.

O problema das fontes de Vila Real levou-nos a procurar em vão, a sua filiação em todos os tipos de pequenas cidades novas da Europa e das Américas do século XVIII, fazendo-nos, depois desta longa peregrinação de História Comparada, voltar ao ponto de partida, isto é, à própria Casa do Risco onde a obra fora gerada. Concluimos então que a explicação da sua génese pressupõe uma outra viagem, agora no tempo, em busca das raízes e desenvolvimento de uma escola de urbanismo português.



A cultura portuguesa do século XVI ficara profundamente marcada pela Tratadística italiana e pelos estudos da Matemática na conjuntura dos Descobrimentos. A arquitectura militar passou então a ter importância decisiva, não só como veículo de um novo gosto, mas também como pressuposto de uma nova forma de projectar.

Na própria capital do Reino começa a surgir junto à muralha que a cingia a poente, no sítio do Alto de S. Roque, nova urbanização em que era utilizada uma malha reticular não uniforme.

O mesmo espírito geométrico, combinado com um eficiente pragmatismo, levou os portugueses a fundar ou a reformular cidades planificadas como Angra, onde entre dois eixos principais (a Rua de Lisboa e a Rua da Sé) se estrutura uma malha ortogonal. Mas foram sobretudo as fortificações, feitorias e cidades muralhadas que mais evidenciaram a influência da Engenharia Militar portuguesa e o seu cariz erudito, afirmando-se por imperativo da Conquista, da Descoberta ou da Colonização. Damão e Baçaim na Índia foram gizadas como “cidades ideais” do Renascimento, enquanto no Brasil, ao lado de uma acção mais superficial, espontânea ou pragmática, a Coroa afirma a sua soberania em termos de expressão urbana planificada, a partir sobretudo da fundação do Salvador em 1549, ficando célebre a metodologia ordenada ao governador Tomé de Sousa e ao “mestre das obras” Luís Dias, determinando que o Governador se conformasse “com os traços e amostras” que levava.

Já no século seguinte (1616) é exemplar a actuação do engenheiro militar Francisco de Frias de Mesquita ao fundar do novo S. Luís do Maranhão, devendo salientar-se não só a regularidade do traçado como, aqui também, a preocupação expressa no “Regimento” de que a cidade “fique bem arruada e direita conforme a traça que lhe fica em poder”.

Esta escola de urbanismo português, oscilando sempre entre a utopia teórica e a praxis concreta da sua adaptabilidade ao terreno pela acção dos engenheiros militares, conheceu novo alento com a criação da Aula de Fortificação em 1647 por D. João IV, que retoma institucionalmente a tradição do ensino oficial da Arquitectura, interrompida (pelo menos a nível superestrutural) no período filipino. Figura determinante foi então Luís Serrão Pimentel com o seu *Método Lusitânico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares*, baseado no seu magistério e manuseamento durante mais de um século e onde era expressa a intenção de divulgar um modo

português de fazer engenharia militar, revelando uma consciência teórica em nada inferior aos mestres italianos, holandeses e franceses que Pimentel cita, sintetiza, segue, ou abandona e supera. Fortificar é sobretudo construir “cidades fortalezas”, herdeiras formais das “cidades ideais” em cujo interior se desenha uma nova cidade para o que se estabelecem verdadeiras normas urbanísticas: “Primeiramente no centro da Fortaleza ou povoação se deve deixar um terreiro ou praça grande, que deve ser a principal das armas”.

Não só o prático em topografia ou cartografia, ao lado do matemático e do astrónomo, exhibe cada vez maior qualificação para trabalhos de urbanização, como se transfigura em urbanista, actuando na praxis em que se vê envolvido com base na lição teórica da escola lisboeta.

E ao passarmos para o Século das Luzes deparamos com a herança académica de Pimentel em Manuel de Azevedo Fortes com o seu *Engenheiro Português*, ou em Manuel da Maia com as suas várias traduções ou a sua acção intensa desde os tempos de D. Pedro II até à implementação da nova Lisboa de Pombal, não se devendo esquecer os inúmeros tratados manuscritos e anónimos versando “castrametação” ou acampamentos, que muito terão ajudado os oficiais praticantes de urbanismo. Assim se terá consolidado o espírito cartesiano dos nossos projectistas, muitas vezes apenas práticos enquanto arquitectos e urbanistas, mas quase sempre profissionais com formação teórica enquanto engenheiros militares ou simples oficiais de infantaria com exercício de engenheiro.

Mas se nas cidades militares o conceito de espaço urbano é sempre, por definição, um espaço limitado e a cidade é concebida como obra acabada e completa, poderemos pensar que tal afastaria, pelo menos teoricamente, a nossa tradição da tradição espanhola de cidade aberta, que lhe é oposta. Isto não quer dizer que a tradição mais divulgada no século XVIII não fosse a da malha ortogonal, mesmo em cidades muralladas, uma vez que a forma interior não dependia imediatamente da forma exterior, sendo o espaço urbano definido, não em função das muralhas, mas apesar delas. Entre nós o exemplo mais divulgado seria o de Neuf-Brisach de Vauban que os cadetes portugueses copiaram pacientemente na Academia da Baía em 1778, como o fariam nas múltiplas Academias Militares entretanto criadas, um pouco por toda a parte tanto na Metrópole como no Brasil. Assim, entre o sistema aberto assumido pelos espanhóis e o sistema fechado europeu originado na “cidade ideal”, os portugueses terão enveredado pelo segundo, por imperativo de

formação teórica. Mas como essa aprendizagem teórica foi sempre confrontada com uma realidade por vezes multifacetada, os portugueses conseguiram, contraditoriamente, encontrar uma maior maleabilidade de soluções alicerçadas numa maior rigidez teórica, precisamente porque, ao contrário dos espanhóis, vinham equipados com menor número de normas e maior número de princípios.

As normas que vigoravam na Corte portuguesa, transmitidas pelos decretos régios de criação de cidades, eram muito simples e muito óbvias, o que permitia, por isso mesmo, uma certa maleabilidade na sua implementação. É de grande importância para a compreensão desta “escola portuguesa” de urbanismo dar atenção aos formulários régios, dos quais mesmo em relação a um período longo pode ser feita uma leitura sinóptica, tal a coincidência entre as palavras utilizadas. A título de exemplo citamos textos propositadamente escolhidos tanto da época joanina, quanto da época pombalina, como as Cartas Régias de 11 de Fevereiro de 1736, 5 de Agosto de 1746, 3 de Março de 1755 e de 14 de Junho de 1761, que mandam fundar Vila Boa de Goiás, Vila Bela de Santíssima Trindade, Vila Nova de São José (Rio Negro), Oeiras e outras povoações do Piauí. Nela se encontra um formulário comum, de linguagem muito fixa e onde se ordena que seja a Praça a primeira área a demarcar com o seu Pelourinho, Casa da Câmara e Cadeia e Igreja e a partir dela se delineem as ruas em linha recta. É ainda preocupação comum que as casas revistam sempre a mesma figura exterior, mesmo quando a população cresça, para que se conserve sempre “a mesma formosura da terra e a mesma largura das ruas”. Estão aqui, portanto, os princípios essenciais do urbanismo da época moderna: a linearidade, a uniformidade e o programa. E este último, pelo menos, é digno de nota pelo seu vanguardismo.

É sobretudo o surto de desenvolvimento do interior brasileiro que permite hoje, por exemplo, pela amostragem do acervo documental do Arquivo Histórico Colonial (único conjunto de plantas originais que nos foi possível consultar até agora), alinhar algumas notas tendenciais do urbanismo português dos séculos XVII e XVIII. Poucas vezes estaremos em face de um sistema de quadrícula perfeita como na América Espanhola. É frequente a coexistência harmónica de quarteirões quadrados com quarteirões rectangulares. Em muitos casos, além das 8 ruas que normalmente se geram na Praça central, ela é servida ainda por uma outra que, cortando um dos seus lados, desemboca em frente da Igreja Matriz. Se em muitos casos a Igreja se encontra integrada num lote, também é vulgar

ela ficar ladeada por ruas e portanto isolada (S. João de Paraíba). E se é possível reconhecer o sistema tratadístico de praças pequenas de implantação periférica (Vila Nova de Portalegre), não é inédito o alinhamento de praças sucessivas em enfiamento perspéctico, uma maior com a Igreja, outra menor com o Pelourinho (S. José de Macapá e Vila Nova do Prado). E também poderemos encontrar situações-limite que favoreçam o aparente lugar comum do “sabor medieval” de muitas cidades brasileiras, tal a diversidade, organicidade ou espontaneísmo detectáveis em alguns casos quando se dá o predomínio da prática sobre a teoria. É que ao afirmar-se o domínio do princípio sobre a norma, pode estar-se contraditoriamente não só a abrir caminho à diversificação, como a empurrar a prática urbanística para situações de “brecha”, por onde se podem instalar processos menos ortodoxamente cartesianos ou mais libertariamente organicistas, visualistas ou teatrais, próximos dos valores espaciais barrocos. Por outras palavras situações portadoras de um discurso espacial barroco, como a implantação isolada de uma igreja entrevista como ponto de fuga e inserida no topo de conjuntos viários de sentido prespéctico, ou a sua colocação numa plataforma tangente ao eixo das ruas, ou no cimo de um escadório enquadrado por fundos paisagísticos geradores de situações visualmente dinâmicas, podem não significar necessariamente, antes pelo contrário, total ausência de planificação.

Mas se nos reinados de D. Pedro II, D. João V e D. José I esta escola portuguesa não deixou de planificar novos centros urbanos no Novo Mundo, a grande oportunidade foi-lhe dada na própria metrópole pelo Terramoto de 1755. Então o velho engenheiro mor do Reino, o octogenário Manuel da Maia preside à reconstrução de Lisboa, com a naturalidade de quem cumpre simplesmente uma tarefa inerente ao seu cargo. Depois de dissertar sobre as diversas hipóteses de solução, afastada a “utopia” da construção de uma nova cidade em Belém, escolhe, de entre os militares da sua confiança aqueles que poderiam concretizar, em equipe e sozinhos 6 programas com diferentes graus de correcção do tecido urbano da Baixa, onde estão patentes a prática, a competência e a celeridade de soluções que não se improvisam, mas onde é palpável ao mesmo tempo uma formação teórica e um adequado sentido programático. Naturalmente que em nenhum caso é proposta uma quadrícula perfeita, conjugando-se muitas vezes a quadrícula com a rectícula.

Na solução adoptada, Eugénio dos Santos consegue uma harmo-

nização original entre as duas praças pré-existentes estabelecendo uma malha ortogonal em que os quarteirões rectangulares se organizam em dois grupos: o Rossio comanda o sentido “vertical” das 6 filas de quarteirões que lhe estão próximos e o Terreiro do Paço determina o sentido horizontal das 3 séries de quarteirões, de tamanho decrescente de sul para norte, que lhe estão contíguos.

Importante e significativa é a preocupação de Maia pela uniformização da nova cidade, ao sugerir que seja o mesmo arquitecto, o do Senado, Eugénio dos Santos, a fornecer o desenho dos edifícios “para que cada rua conserve a mesma simetria de portas, janelas e alturas”, preocupação e linguagem que recordam as Cartas Régias atrás citadas e portanto as normativas tradicionais da velha escola portuguesa de urbanismo. É curioso notar que, no fundo, daqui nasce um dos mais importantes princípios da arquitectura pombalina, a subordinação da arquitectura ao urbanismo pelo predomínio da rua sobre o prédio.

Manuel da Maia não desiste de expandir a cidade por outras zonas até então suburbanas ou semirurais, numa tentativa de não renunciar totalmente à utopia. As ruas deveriam ser hierarquizadas como as da Baixa e o desenho das casas não deveria deixar de fora as casas nobres, formando-se prospectos com maior número de janelas “mas não de maiores alturas para não alterar a regularidade”.

Mas a projecção mais directa do urbanismo de Lisboa reconstruída acaba por recair, vinte anos depois da catástrofe, sobre Vila Real de Santo António e voltamos assim, portanto, ao nosso ponto de partida. Também delineada na Casa do Risco, ela corresponde no entanto a um programa diferente, mas pressupõe, tal como Lisboa, toda uma longa tradição cimentada numa “escola” que, mercê das circunstâncias da Expansão lusa oscila permanentemente entre a teoria e a prática, ou se se quiser, entre a utopia e a praxis. E assim como foi capaz de rapidamente engendrar uma solução genial mas pragmática para Lisboa, do mesmo modo soube construir uma nova povoação sob a forma de “cidade ideal” como uma nova utopia do Iluminismo. E tudo foi possível porque existia o capital acumulado de vários séculos de prática brasileira.

Essa prática, aliás, não foi interrompida. Contemporâneas são várias cidades novas ultramarinas, bafejadas também pelo dinamismo que a reconstrução de Lisboa veio proporcionar à Engenharia portuguesa mas continuadoras da prática colonial anterior. Sirvam de exemplo Nova Mazagão projecto do capitão Inácio Morais Sarmiento, Vila Bela de

Santíssima Trindade no Mato Grosso que o Governador Albuquerque e Cáceres mandou melhorar pelo Engenheiro Francisco da Mota na continuação do primeiro projecto de 1752 e vários programas alternativos para a reconstrução de Goa de que salientaremos o projecto do Sargento Mor Antas Machado de 1776. Enquanto em Mazagão e Vila Bela um quarteirão modular tenta marcar toda a malha urbana, no projecto para Nova Goa, tenta-se organizar o espaço a partir dos Arsenais situados entre o rio e a praça também quadrada. Nenhuma atinge porem nem a coerência formal de Vila Real, nem a sua complexidade urbanística.

Vila Real funciona, pois, como *caso limite* de uma escola que necessita de ser entendida, e portanto estudada, na sua globalidade e na sua diversidade.

É este o nosso voto. Não direi que seja essa a nossa conclusão, mas a hipótese de trabalho que trazemos a este Congresso, apelando a um esforço conjunto luso-brasileiro para que, partindo da feitura sistemática de monografias de todas as cidades de criação lusa, da pesquisa sistemática da Tratadística inédita ou ainda guardada nas nossas Bibliotecas, da análise de todas as plantas e desenhos dos nossos Arquivos, se consiga fixar, em termos científicos, as linhas tendenciais, os princípios gerais ou os hipotéticos modelos do nosso urbanismo.